

## **I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial**

Realização: FCRB · UFF/PPGCOM · UFF/LIHED

8 a 11 de novembro de 2004 · Casa de Rui Barbosa — Rio de Janeiro — Brasil

*O texto apresentado no Seminário e aqui disponibilizado tem os direitos reservados. Seu uso está regido pela legislação de direitos autorais vigente no Brasil. Não pode ser reproduzido sem prévia autorização do autor.*

### **Questão de economia: as antologias oitocentistas e o ideário nacional**

Janaína Senna (doutoranda do programa de História Social da Cultura – PUC-Rio)<sup>1</sup>

#### **Resumo**

O que se pretende aqui é inserir as antologias publicadas no Brasil, no século XIX, no quadro geral do empenho oitocentista em reunir um patrimônio capaz de dar consistência a uma identidade nacional. Por representarem um acervo de bens comuns a todos os integrantes de um grupo e servirem ao projeto educacional que se desenvolvia paralelamente ao estabelecimento da nação, esse gênero, antes voltado apenas para a prática retórica — e, portanto, espaço de reunião de elementos de estilo —, assume novo significado nesse momento histórico. Isso porque, ao inventar uma tradição, e engordá-la, esses “livros nacionais” punham à disposição de todos, teoricamente, aquilo que precisava ser internalizado para que os indivíduos se sentissem parte integrante de uma coletividade.

#### **Palavras-chave**

Antologias; Patrimônio; Difusão; Literatura brasileira.

---

<sup>1</sup> Mestre em Literatura Brasileira pela UERJ. Autora de Uma tradição persistente: antologias como rascunho da história da literatura. In: *Gragoatá*, nº11. Niterói: EdUFF, 2001. p.99-108; A cotia fugaz e o tatu escamoso: cenas do Brasil nas antologias oitocentistas. In: *Brasil/Brazil*, nº 30, ano 16. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. p.5-28; Os bons filhos da pátria: a construção de um patrimônio nacional. In: Galvão, C.T.; Klinger, D.; Melo, L. e Sâmara, R. (orgs.) *Letras: horizontes visíveis*. RJ: H.P. Comunicação, 2003. p.79-84.

Chega um momento, na longa e ditosa vida de um escritor, em que lhe ocorre que ele tem de organizar uma antologia. (...) Ao produzir um desses volumes, ele pode acrescentar-lhes não apenas um livro, mas uma classe inteira de livros, e com isso aumentar, ainda que minimamente, seu direito a ser considerado não um mero artesão de palavras, mas um Homem de Letras. E, *mirabile dictu*, pode conseguir tudo isso sem ter realmente que sentar para *escrever* coisa alguma! (*Escolha de Mestre*, Lawrence Block)

A missão patriótica que marca a atividade de intelectuais e artistas do século XIX se acentua, no Brasil, a partir de 1822. No país agora independente, urgia fixar uma identidade própria e expurgar, definitivamente, qualquer possível associação com a ex-metrópole. Para a delimitação das feições e dos contornos da nação emergente, a aposta geral recai, então, sobre a natureza tropical, elemento maciçamente alardeado, que se torna o espaço privilegiado de caracterização do nacional.

As empresas patrióticas não param por aí. À vasta produção literária laudatória da cor local e voltada para a descrição das maravilhas e exuberâncias de nossa terra, vem se juntar toda uma produção de intelectuais das mais diversas áreas, ocupada em reunir conhecimentos considerados úteis para a imperiosa tarefa de ensinar aos brasileiros as coisas do Brasil (Cf. Rouanet, M.H.: 1996, pp. 9-10).

Representativo nesse sentido é o livro *A Educação nacional*, de José Veríssimo — já de 1890, mas com preocupações muito semelhantes às do início do século —, fruto, certamente, da mudança política e estrutural por que passa o país e que mobiliza novamente os ânimos a empreenderem uma “pedagogia da nacionalidade” (id., p. 9).

Para que se tenha a medida da importância que os homens da época atribuíam a essa tarefa, vale a pena observar que até Silvio Romero, no livro sarcasticamente intitulado

*Zéverissimações ineptas da crítica*, salva — com muitas restrições, admito — apenas três livros em toda a obra do autor criticado. *A Educação nacional*, *A Amazônia* e *A Pesca na Amazônia* escapam, em parte, ao massacre de Romero, que os trata como exceções que, “mal feit[a]s embora, têm alguma feição de livros, tudo mais são os tais pacotes ou embrulhos de inhames e rapaduras [...]” (1909, p. 11). Na verdade — e pouco importa quais fossem os motivos apontados por Romero —, trata-se, aí, de três livros capazes de dar a conhecer o Brasil aos brasileiros e trabalhar no sentido de aprimorar os meios de tal divulgação.

Não é outra a proposta do referido livro de Veríssimo. Em sua introdução, verifica, consternado, “a pobreza do nosso sentimento nacional” (op.cit., p. XI; grafia atualizada), e sugere que, à semelhança dos norte-americanos, usemos a educação para difundir o patriotismo e ligar “os elementos heterogêneos da nação” (id., p. XVI). Só dessa maneira, decreta o autor, poderíamos suprir a falta de museus, monumentos, festas nacionais, coleções arqueológicas e históricas que ensinam, de outro modo, a história pátria. Já que não se pode fugir à “dolorosa verdade” de que “Nós nos ignoramos a nós mesmos!” (id., XXIV), Veríssimo propõe um antídoto seguro, qual seja: um “trabalho gigantesco de uma nova educação, não feita somente nas escolas, porém nas Universidades, na imprensa, nos livros e na tribuna” (id.ib.). É imperioso, a seu ver, conhecer o país em todos os seus aspectos, pois esta “é a base de todo o patriotismo esclarecido e previdente” (id., p. 102).

Depois de sugerir reformas gráficas nos livros de ensino, e pretender que toda escola dispusesse de mapas do Brasil e da região em que estivesse localizada, Veríssimo passa à parte que considera mais importante: o estudo da história pátria. Como ele a entende, esta possibilita

o conhecimento da origem comum, das dificuldades em comum sofridas e em comum vencidas, da marcha e evolução dos mesmos costumes, das mesmas leis e da mesma organização, dos progressos custosa, lenta, mas seguramente adquiridos (id., p. 141).

Só a partir desse conhecimento, arremata o autor, pode-se ter “a noção exata da solidariedade nacional, e com ela o amor da pátria que nos legaram nossos antepassados e o

desejo firme de continuá-los para legá-la às gerações vindouras sucessivamente melhorada” (id., p. 142).

Essa história é linear e progressiva. Além disso, está estritamente ligada às noções de identidade e patrimônio compartilhado, como se vê, nos trechos citados acima, pela insistência nas palavras “comum” e “mesmo”, de igual valor semântico, veiculando a idéia de algo pertencente a um grupo de pessoas. Tanto é assim que Veríssimo procura incentivar a criação/construção daqueles elementos antes citados — museus, datas nacionais etc. —, alicerces indispensáveis para a constituição de uma memória nacional.

Tal memória que se quer formar motiva as mais variadas coleções, como viagens, estatísticas, bibliografias etc. Esse trabalho denota o esforço realizado no período para recuperar dados do passado que, uma vez organizados de modo a compor uma totalidade significativamente articulada, constituiriam a *História desta Nação*.

No campo da literatura, esse trabalho de garimpagem e reunião se volta para autores e obras do passado, e dá origem às antologias, que tanto vão servir ao pragmatismo didático-escolar quanto serão a base das futuras histórias da literatura.

Regina Zilberman avalia o trabalho dos românticos, nesse sentido, como uma primeira e importante etapa no processo de escrita da história da literatura brasileira. Segundo ela, os autores de antologias “tinham pesquisado os dados fundamentais necessários à sistematização do passado da literatura brasileira, não apenas ordenando os fatos conhecidos, mas, e principalmente, criando esses mesmos fatos, ao descobrir autores, obras, inéditos” (1997, p.20).

Logo se pode perceber, com alguma pesquisa sobre o período, que as dificuldades a serem superadas não eram poucas. Como coligir os textos que, como escreve Marisa Lajolo, “a falta da imprensa tinha condenado à privacidade do manuscrito” (1995, p. 37)? E, uma vez encontrados, como saber se eram os mesmos que saíram da pena de seus autores, questiona-se o cônego Januário da Cunha Barbosa, já que, pela falta da imprensa, os textos tinham de ser copiados à mão (1829, p. 33)?

O mesmo cônego tenta resolver o problema da escassez material com a ajuda do próprio leitor; afinal, essa é uma tarefa que interessa e cabe a todos os brasileiros. O texto

introdutório a seu *Parnaso brasileiro*, que se dirige “Ao Público”, é um verdadeiro convite à colaboração:

A esperança em que estou de ser coadjuvado nesta empresa de glória nacional, por todas as pessoas que possuem poesias e notícias dos nossos bons poetas, até hoje sepultados em arquivos particulares, obriga-me a pedir que as confiemos ao editor do *Parnaso brasileiro*, remetendo-as à sua morada, Rua dos Pescadores nº 112 (porte pago), onde se dará recibo para a entrega do original, depois de copiado (id.ib.).

Seu *Parnaso* é o primeiro, que se saiba, de uma série de outras antologias, modulações, mosaicos, meandros, harmonias, florilégios e grinaldas que reúnem dados e transcrevem textos, na íntegra ou parcialmente, criando as condições básicas para que seus sucessores pudessem adotar “a denominação própria [história da literatura] que o gênero tinha desde o início do século [na Europa]” (Zilberman, R.: op.cit., p.20).

Outro dado que se destaca quando se observam esses trabalhos antológicos é a consciência que já se tinha de que, a partir de uma reunião documental, se pode constituir uma memória e atestar um patrimônio. O próprio cônego Januário da Cunha Barbosa declara, na introdução do seu *Parnaso*, o “serviço louvável” que presta “aos que desejam possuir, em uma só coleção, tantas poesias estimáveis, que o tempo vai já consumindo, com prejuízo da nossa glória literária” (op.cit., p. 33). Mas é Gonçalves de Magalhães, no “Discurso sobre a história da literatura no Brasil”, publicado, poucos anos depois, no primeiro número da Revista *Nitheroy*, quem melhor define, a meu ver, essa atividade de busca de nossas origens literárias a fim de se provar nossa independência também em tal área:

Toca ao nosso século restaurar as ruínas e reparar as falhas dos passados séculos. Cada Nação livre reconhece hoje mais que nunca a necessidade de marchar.

[...]

É pois mister reunir todos os títulos de sua existência, para tomar o posto que justamente lhe cabe na grande liga social, como o nobre recolhe os pergaminhos de sua genealogia (1836, pp. 30-31).

E é exatamente esta tarefa que se impõem os intelectuais brasileiros das primeiras décadas do século XIX, esmerando-se no exercício dessas atividades de coleta, catalogação e difusão, o que bem demonstra, como já ressaltava Tânia Regina Ramos em sua dissertação de mestrado, que “o Brasil tinha, pela primeira vez, consciência de estar estruturando uma cultura nacional” (1979, p. 69).

Essa consciência não é, porém, exclusividade brasileira. Por sua capacidade de propiciar uma idéia de *coesão*, o gênero antológico se multiplica a olhos vistos, desde os primeiros anos do Oitocentos, nos diversos países preocupados em estabelecer, intra e extramuros, a sua identidade. É o que se tem, por exemplo, quando Goethe aceita levar adiante o projeto de Niethammer de elaboração de um “livro nacional”. Tal livro deveria ser um “manual obrigatório”, destinado a formar caráter, agindo e modelando a massa inculta. Para cumprir o seu papel de pedagogo popular, tinha que ser representativo de toda a nação, apagando suas diferenças; exaustivo em sua reunião; e, finalmente, monumental na forma, o que significa que devia ser denso, com uma apresentação importante (*in octavo*), possuir grande durabilidade e impor-se pela massa (Niethammer, F.J.: 1808, apud Assmann, A.: 1994, pp. 32-33). Sua estrutura, se tivesse vingado, seria, sem dúvida, antológica, pois, mesmo não ostentando tal título, pretendia *selecionar* os textos e autores considerados mais representativos do espírito alemão, tornando-os conhecidos do grande público.

De maneira resumidíssima já se tem, a partir deste caso, o procedimento habitual de qualquer antologia. No entanto, vale destacar que, como propõe Emmanuel Fraisse em seu *Les Anthologies en France*, a última dessas etapas, i.e., o ato de transmissão, constituiria a própria razão de ser desse gênero (1997, p. 8). É claro que, em se tratando de um livro, isso pode parecer um tanto óbvio, mas o que particulariza a antologia é a capacidade de propiciar um acesso rápido e fácil a um conteúdo bastante expandido, uma vez que reúne num só lugar fragmentos de várias obras que já são, ou passarão a ser, consideradas referenciais de uma cultura. Por essa capacidade, acaba gerando um duplo movimento: “proclama, de bom grado, sua vontade de fazer com que se leia menos e se afirma como

meio de fazer com que se leia mais. Ler menos, reduzindo uma obra a um excerto suficiente; ler mais, remetendo à totalidade da obra” (id., p. 9).

A “economia da leitura” própria a esse gênero, que é também uma “economia na leitura” (id.ib.), vai ser posteriormente adotada pelas histórias da literatura e pelos manuais escolares que trazem, em seu corpo, pedaços das obras a que fazem menção. Tamanha facilidade de entrar em contato com diversos textos, sem ter que recorrer diretamente às obras em que eles se incluem, é exaltada por Ernest Renan, em seu *L’Avenir de la science* (1890), supondo, para o escândalo de Gustave Lanson, que o estudo da história literária pudesse vir a substituir a leitura das próprias obras. Lanson, ao contrário, no texto introdutório à sua *Histoire de la littérature française*, aponta — embora a contragosto, diz ele — Renan como um dos responsáveis por tal “erro” que seria, a seu ver, “a própria negação da literatura” (1894, p. VI). Trata, então, de reabilitar a leitura direta dos textos porque nada poderia substituir a degustação das obras.

Seja como for, exatamente por sua economia (nos dois sentidos), a forma antológica assume, como assinala Fraisse, uma função primordial a partir do Oitocentos: a de fundar uma identidade, afirmando uma realidade coletiva às vezes preexistente à institucionalização do grupo cultural cuja realidade atesta e ao qual fornece referências comuns (op.cit., p. 11). Mais do que um papel puramente literário, a antologia se vê atribuir um papel ideológico (id.ib.) e se torna, com isso, um grande dispositivo didático. Não por acaso sua destinação mais imediata será a rede de ensino, onde encontra um público em formação, adequado, portanto, a seus serviços. Os próprios programas incentivam ainda hoje esse tipo de obra panorâmica e superficial que, por sua estrutura, consegue fixar no aluno uma boa idéia do patrimônio a ser considerado comum.

O mesmo Fraisse cita uma portaria francesa de 1890 — mesmo ano da publicação de *A Educação nacional*, de José Veríssimo —, cujo conteúdo segue a linha do que se vem afirmando:

A tantas razões de se cultivar com mais fé do que nunca o estudo dos clássicos talvez hoje se acrescente uma nova. Os grandes escritores franceses constam agora de todos os programas [...]. Do Liceu à mais

modesta escola de aldeia não pode se estabelecer assim uma espécie de consonância entre todos os filhos da mesma pátria? (apud Fraisse, E. id., p. 216).

Como se vê, os manuais literários<sup>2</sup> deviam, oficialmente, trabalhar no sentido dessa consonância, contribuindo para formar cidadãos, senão leitores, ao menos conhecedores das letras nacionais, através dos fragmentos escolhidos pelo autor do manual. Uma atitude nada estranha naquele momento — porque herdeira da tradição dos Florilégios de lugares-comuns e citações de autores da Antigüidade Clássica, tão em voga nos séculos anteriores — e nada estranha, também, nos dias de hoje, quando ainda se estuda a literatura, pelo menos fora das Faculdades de Letras, através de fragmentos e resumos de textos contidos nos livros didáticos.

Mas a economia (sempre nos dois sentidos) das obras de cunho antológico, além de servir ao ensino institucional, possibilita a vulgarização dos textos que reúnem (e reduzem), textos estes até então restritos ao pequeno grupo de indivíduos com condições de comprar as obras em suas edições integrais e com fôlego para lê-las. Os próprios autores das antologias explicitam esse objetivo que não é outro senão o de levar, para além das salas de aula, “a todos os filhos da mesma pátria”, as referências mínimas para que se sintam irmanados.

Pode parecer paradoxal uma medida de economia possibilitar a reunião de um *vasto* patrimônio e, ao mesmo tempo, atingir um *vasto* público; mas não há contradição aí. Sobre o público, já se expuseram os motivos principais para o sucesso das antologias: o alto custo do objeto livro e a ausência de um hábito de leitura regular. Quanto ao patrimônio espremido num volume, deve-se levar em conta que, mais que uma *coleção*, uma antologia é uma *seleção*, o que significa que os elementos a que se vai atribuir valor, e também os que serão deixados de lado, passam necessariamente pelo crivo de seu compilador. Tal procedimento é bem apresentado na formulação concisa de Emmanuel Fraisse:

---

<sup>2</sup> Assumo, aqui, que estes, por suas características formais, devam ser tratados como antologias.

[...] se a antologia busca valorizar e preservar textos, ela não é pura conservação: continua sendo uma questão de olhar e memória, que supõe que, para que certos objetos sejam conservados, outros sejam postos em segundo plano e outros, apagados (id., p. 12).

Por certo nenhum organizador de antologias procura dissimular este fato, quando muito opta por um processo de naturalização que pode levar o leitor a tomar tais critérios por meras contingências independentes da vontade daquele que seria visto, então, como simples compilador. Por isso, ao lado dos excertos propostos, do modo de reunião dos textos e do próprio título, os paratextos — principalmente apresentações, introduções e notas — são fundamentais para se entrar em contato com a concepção de literatura que rege a elaboração de qualquer antologia.

Para expandir esse contato, porém, mais vale comparar várias antologias de uma mesma época ou de épocas diferentes mas com projetos semelhantes, pois, como escreve Fraisse, “de uma antologia para outra, é freqüente que [os] excertos sejam idênticos, ou pelo menos vizinhos, pertencendo às mesmas obras ou vindo dos mesmos autores” (op.cit., p.3).

Essa espécie de repetição remete à própria tradição do gênero, em suas origens votado a servir de *aide-mémoire*. E, segundo Roberto Acízelo, não só em suas origens, uma vez que, ainda no século XIX, o que se constata é “a renúncia a qualquer pretensão de originalidade” ostentada já desde os próprios títulos das obras (1999, p.40). Tal renúncia voluntária é defendida, por F.B.[sic], autor de um compêndio de 1823, em nome do “essencial”, ou seja, que os trechos, expressões ou passagens recolhidos “sejam bons, claros e trazidos ao propósito” (apud Souza, Roberto A. de: id.ib.; grifo meu).

No início da era da imprensa, os Florilégios e as Poliantéias eram largamente difundidos, pois recolhiam, em suas páginas, o modelo oratório — *les fleurs de bien dire* (Beugnot, B.: op.cit., p. 262) — a ser seguido e imitado. Por possibilitarem uma espécie de adestramento da memória, eram amplamente usados nas escolas, onde permaneceram por muito tempo, mesmo depois do século XIX, quando a concepção retórico-poética cedeu espaço para a história da literatura.

Não há dúvida de que as antologias oitocentistas têm diferente motivação com relação às suas ancestrais: o que importa, agora, é fazer com que todos conheçam, e prezem, o patrimônio nacional que lhes pertence. Neste sentido, a repetição continua a ser um instrumento dos mais valiosos ou, para retomar as palavras de F.B., continua a ser *trazida ao propósito*. Na medida em que é preciso *convencer* os leitores de que tal patrimônio efetivamente existe e se constitui da maneira que lhes é apresentada, uma obra capaz de servir de *aide-mémoire* não deixa, absolutamente, de ter uma função a cumprir. Contudo, é claro, que se entenda esta expressão num sentido, digamos, mais restrito, de algo que *ajuda a memória* a se conformar a determinado modelo.

### Referências bibliográficas

ASSMANN, Aleida. *Construction de la mémoire nationale: une brève histoire de l'idée allemande de Bildung*. Trad.: Françoise Laroche. Paris: Ed. de la Maison des Sciences de l'Homme, 1994.

BARBOSA, Januário da C. *Parnaso brasileiro, ou Coleção das melhores poesias dos poetas do Brasil, tanto inéditas, como já impressas (1829-1832). Prefácios e índices*. Organização, edição, notas e apresentação de José Américo Miranda. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1999.

BEUGNOT, Bernard. *La mémoire du texte: essais de poétique classique*. Paris: Honoré Champion Éditeur, 1994.

FRAISSE, Emmanuel. *Les Anthologies en France*. Paris: PUF, 1997.

LAJOLO, Marisa. O cônego Fernandes Pinheiro, sobrinho do visconde, vai à escola. In: MOREIRA, M<sup>a</sup>. Eunice & ZILBERMAN, Regina (orgs.) "História da literatura e literatura brasileira". *Cadernos do Centro de Pesquisas literárias da PUCRS*, vol. 1, n<sup>o</sup> 2, Porto Alegre, junho de 1995, pp. 37-49.

LANSON, Gustave. *Histoire de la littérature française (1894)*. Paris: Hachette, 1938.

MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de. Discurso sobre a história da literatura do Brasil (1836). In: COUTINHO, Afrânio (org.) *Caminhos do pensamento crítico*. RJ/Brasília: Ed. Pallas/INL, 1980, vol. 1, pp. 24-38.

RAMOS, Tânia Regina. *A Sistematização histórica e crítica da literatura brasileira no século XIX*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da PUC-Rio, 1979, mimeo.

RENAN, Ernest. O que é uma nação? (1882). In: ROUANET, M<sup>a</sup> Helena (org.) “Nacionalidade em questão”. *Cadernos da Pós/ Letras*, nº 19. UERJ, IL, 1997, pp. 12-43.

ROMERO, Silvio. *Zéverissimações ineptas da crítica* (repulsas e desabafos). Porto: Oficinas do “Commercio do Porto”, 1909.

ROUANET, Maria Helena. Crítica e história da literatura no século XIX: verso e reverso da mesma moeda?. In: “Anais do II Seminário de História da Literatura”. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 31, nº 4, dezembro de 1996, pp. 7-13.

SOUZA, Roberto A. de. *O Império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ/EdUFF, 1999.

VERÍSSIMO, José. *A Educação nacional*. Pará: Editores Tavares Cardoso & Cia. Livraria Universal, 1890.

ZILBERMAN, Regina. Uma teoria para a história da literatura no Brasil. In: MOREIRA, M<sup>a</sup> Eunice (org.) “Anais do I Seminário Internacional de história da literatura”. *Cadernos do Centro de Pesquisas literárias da PUCRS*, Porto Alegre, vol. 3, nº 1, abril de 1997, pp. 20-26.